

4. A Virada de XX

4.1. A constituição do eu

Em o Eu e o Id de 1923, Freud oferece uma descrição da mente e de seu funcionamento, a princípio inovadores, que em todos os escritos posteriores a essa publicação trazem a marca de seus efeitos, principalmente em relação à terminologia. No entanto, é possível encontrar sementes dessas novas ideias em trabalhos anteriores, como no *Projeto* de 1895 e nos artigos metapsicológicos de 1915, por isso foi preciso retornar a alguns conceitos desenvolvidos por ele, para se pensar a influência do corpo na constituição do eu.

Segundo Freud (1923), as percepções internas produzem sensações oriundas dos mais diversos e profundos estratos do aparelho mental. Como, por exemplo, a série prazer-dezprazer, que são mais primordiais e elementares que as percepções externas e podem ocorrer mesmo quando a consciência estiver enevoadada. As sensações desprazerosas impelem no sentido da mudança, da descarga, isso porque o aumento de excitação em um determinado período de tempo implica em desprazer, enquanto que a redução da catexia energética implica em prazer. Como já visto, ao contrário das excitações vindas do exterior, que passam por um escudo protetor, reduzindo assim as quantidades de excitações que chegam ao aparelho psíquico, as excitações internas se transmitem diretamente ao sistema Pcpt.-Cs, sem proteção, o que pode provocar um aumento muito grande de desprazer. Como não se pode escapar das excitações provenientes do mundo interno, temos, segundo Freud (1920):

“uma tendência a lidar com essas excitações internas como se elas viessem do exterior, para poder utilizar contra elas os mesmos mecanismos de defesa empregados pela camada protetora externa contra os estímulos externos. Essa é a origem da projeção, que possui um papel tão importante na determinação dos processos patológicos” (p.153).

Desse modo, Freud (1923) chama o que se torna consciente como prazer e refere-se ao desprazer como algo quantitativo e qualitativo no curso dos eventos mentais, que, para tornar-se consciente, precisa ser primeiro transmitido ao

sistema Pcpt.-Cs. Segundo Freud (1923), este algo pode comportar-se como um impulso recalcado que exerce força sem que o eu se dê conta. Somente quando se dá uma resistência à reação de descarga, é que este algo se torna consciente como desprazer.

Em *Pulsão e seus Destinos*, Freud (1915a) propõe três polaridades que regem a vida mental para explicar a relação entre os estímulos que atingem o corpo, a constituição do eu, da percepção de si e da realidade externa. São as antíteses: Sujeito (eu) – Objeto (mundo externo), Prazer – Desprazer, e Ativo – Passivo.

O bebê, logo numa fase inicial, se depara com a antítese entre o eu e o não-eu, isto é, entre sujeito e objeto, através da experiência de ser capaz, por meio da ação muscular, de fugir dos estímulos externos. Todavia, essa ação, como já mencionado, é inerte contra estímulos pulsionais. A antítese entre prazer e desprazer refere-se a uma escala de sentimentos determinantes em nossas ações. A polaridade ativo-passivo corresponde à relação do eu com o mundo externo, que se configura passiva na medida em que o primeiro recebe estímulos do segundo, e ativa quando o eu reage aos estímulos do mundo externo, o que é forçado pela pulsão[,] que exige atividades especiais para com o mundo externo. Desse modo, para Freud “o sujeito do eu é passivo no tocante aos estímulos externos, mas ativo através de suas próprias pulsões” (Freud, 1915a, p.139).

Essas três polaridades estão ligadas umas às outras de várias maneiras significativas. No próprio começo da vida, existe uma situação psíquica primordial, na qual duas delas coincidem. Na fase do narcisismo, o eu é catexizado pelas pulsões, sendo capaz de satisfazê-las em si mesmo, ou seja, de obter satisfação autoerótica. Assim, o mundo externo é indiferente à finalidade da satisfação, não é catexizado com interesse. Nesse momento, portanto, o sujeito do eu coincide com o que é agradável, e o mundo externo, com o que é indiferente, ou possivelmente desagradável, na medida em que representa uma fonte de estimulação externa, passível de aumentar a quantidade de excitação no aparelho mental. Freud (1911) a princípio postulou a existência de um eu prazer inicial, porém retifica essa ideia, em 1915, alegando que existe de fato um eu-realidade original, anterior à série prazer-desprazer, que, ao invés de passar direto para o eu-realidade final, é substituído, sob o domínio do princípio de prazer, por um eu-

prazer. O autoerotismo pressupõe o encontro com o objeto real, para depois haver a tentativa de reprodução desta primeira experiência de satisfação. Dessa forma, algumas pulsões sexuais são capazes de se satisfazer de forma autoerótica, sendo adaptadas para desenvolver o prazer sob o domínio do princípio de prazer, ou seja, passar do eu-realidade original, anterior à série prazer-desprazer, para o eu-prazer. Freud (1915a) faz a seguinte afirmação numa nota de rodapé:

“As pulsões sexuais que desde o início exigem um objeto, e as necessidades das pulsões do eu, que jamais são capazes de satisfação auto-erótica, naturalmente perturbam esse estado de narcisismo primordial e dessa forma preparam o caminho para um avanço a partir dele. Na realidade, o estado narcisista primordial não seria capaz de seguir o desenvolvimento, se não fosse pelo fato de que todo indivíduo passa por um período durante o qual é inerte, necessitando de cuidados, e durante o qual suas necessidades prementes são satisfeitas por um agente externo, sendo assim impedidas de se tornarem maiores” (Freud, 1915a, p.139).

Desse modo, os cuidados dos pais com o bebê, em tenra idade, satisfazem as pulsões do eu, tornando possível o prolongamento do estado primário do narcisismo e ajudando o estabelecimento do eu-prazer. Isso significa que as falhas no cuidado com o bebê, incluindo necessariamente e principalmente o contato corporal, têm efeitos prejudiciais nas primeiras inscrições inconscientes das experiências do bebê, pois desorganizam o mecanismo autoerótico de satisfação, próprio do estado narcísico primário (Freud, 1915a). O eu autoerótico, que é indiferente ao mundo externo, adquire objetos daquele mundo, em consequência das experiências da pulsão do eu, e inevitavelmente sente como desagradáveis, por algum tempo, estímulos pulsionais internos. As experiências de prazer-desprazer, regidas pelo princípio do prazer, promovem uma modificação no eu, na medida em que introjetam, tomam para si os objetos que lhe são apresentados e constituem fontes de prazer; e, por outro lado, expõem ou projetam no mundo exterior o que dentro de si mesmo se torna fonte de desprazer. Assim, o eu da realidade original, que primeiramente distinguiu segundo critérios objetivos o interno e o externo, se transforma num eu do prazer purificado, que tem como principal característica o prazer. O eu do prazer divide o mundo externo numa parte que é agradável e incorpora a si mesmo, e um remanescente que lhe é

estranho; e ainda isola uma parte do seu próprio eu que sente como hostil e projeta no mundo externo.

Quando a fase narcisista cede lugar à fase objetal, o prazer e o desprazer correspondem à relação entre o eu e o objeto. Freud (1911) ressalta que, enquanto o eu passa por este desenvolvimento de eu-real para eu-prazer e novamente eu-real, as pulsões sexuais sofrem as transformações necessárias para passar do autoerotismo original, através de diversas fases intermediárias, ao amor objetal a serviço da reprodução. Nesse sentido, o contato corporal amoroso ou hostil presente nas primeiras experiências do bebê são determinantes para a subjetividade, não só pelo que se refere ao estabelecimento do limite corporal e pela percepção de si próprio, mas também pela satisfação da pulsão, inclusive das pulsões parciais, que é anterior à constituição do eu. Segundo Fernandes (2003), “seja em relação ao eu corporal como projeção de uma superfície ou em relação à força pulsional, o outro estaria sempre na origem da constituição do sujeito psíquico” (p.88).

Para Freud (1925), o eu-realidade que se desenvolve a partir do eu-prazer tem como função o teste de realidade, ou seja, verificar a existência real de algo que existe na representação, assim como o autor apontou como função do eu no *Projeto*. Não se trata, portanto, de se aquilo que foi percebido será integrado ao eu ou não, mas de saber se algo que está no eu como representação pode ser reencontrado na realidade. Trata-se da constatação do externo e interno, na medida em que o que é meramente subjetivo, apenas uma representação, é interno; e o que é real, que também existe no mundo objetivo, é externo. A experiência mostra ao indivíduo que é importante não somente integrar ao eu um objeto de satisfação, mas também poder reencontrá-lo no mundo externo, de modo que ele possa tê-lo sempre que necessitar. Freud (1925) ressalta que as representações se originam de percepções e são na verdade uma repetição delas, o que a princípio faz com que a existência de uma representação traga novamente aquela percepção, constituindo assim uma prova da realidade daquilo que era representado. Isto porque a antítese entre subjetivo e objetivo não existe desde o início, já que o pensar tem a capacidade de reproduzir como representação e trazer para a mente, de novo, algo percebido antes, e que não está mais ali. Desse modo, a capacidade de representar e de simbolizar se origina e se desenvolve a partir das

percepções e sensações provenientes dos estímulos externos e internos que são inscritos no corpo.

Os estímulos externos e os estímulos pulsionais são apresentados ao bebê e correlacionados através do corpo e de sua capacidade sensória, que forma o sistema percepção-consciência capaz de transformar o que é vivido e percebido em marcas ou indicações de percepção, e posteriormente em traços mnêmicos ou de memória. Segundo Andrade (2003), a percepção das descargas corporais sentidas como prazerosas ou desprazerosas deixam marcas mnêmicas no psiquismo que formam estruturas afetivas. No início da vida, a mente é ocupada por essas estruturas afetivas, que são reguladas pela quantidade de experiências de prazer e desprazer vivenciadas pelo bebê, e que, portanto, evidenciam neste início um psiquismo exclusivamente corporal, o que corresponde à ideia de Freud (1923) de eu corporal, que será vista a seguir. Andrade (2003) afirma, no entanto, que, nesse momento, o eu psíquico, propriamente dito, é desempenhado pelo objeto, ou seja, por aquele que cuida e assim assegura o que é necessário para a preservação da vida do bebê. No início, o aparelho psíquico é regulado pela série prazer-desprazer, e as representações iniciais são formadas por estruturas afetivas que correspondem aos registros mnêmicos dos afetos. Andrade (2003) ressalta que a quota de afeto que ocupava tais registros era tão intensa, que apenas sua lembrança já implicava em uma forte tendência para a descarga. À medida que o indivíduo se desenvolve, com a maturação somática e com o acúmulo de experiências afetivas, as quotas de afeto se dividem por um número crescente de traços mnêmicos, ou seja, de representações, que formam circuitos associativos, ampliando assim as estruturas ideativas e dificultando a tendência anterior a descarga. Segundo Andrade (2003), essa instalação de circuitos associativos forma a organização que Freud descreveu no *Projeto*, em 1895, como eu. Assim, a dispersão da quota de afeto entre esses circuitos de representações diminui o impulso a descarga, transformando a energia livre em ligada. É dessa forma que o eu se desenvolve, passando a ser regulado predominantemente através do pensamento; entretanto, essa nova forma de regulação mais elaborada não exclui a anterior, ou seja, as estruturas antigas corporais permanecem ativas e são acentuadas todas as vezes que o eu estiver com a sua organização enfraquecida. Winograd (2007) também ressalta, nesse sentido, que as marcas de prazer e

desprazer inscritas no corpo a partir da relação com o outro e do contato com o mundo tornam o corpo não só biológico, mas também erógeno. “A pele seria a membrana decodificadora destas marcas, viabilizando as percepções sensoriais táteis que posteriormente serão inscritas no registro simbólico” (Machado & Winograd, 2007, p.105).

Após o esclarecimento das relações entre as percepções externas e internas e o sistema percepção-consciência, Freud (1923) elabora sua ideia de eu³, de acordo com a segunda tópica, como sendo uma organização coerente de processos mentais que controla as descargas de excitações para o mundo externo. Para Freud (1923), a consciência é a superfície do aparelho mental, ou seja, é o primeiro sistema a ser atingido a partir do mundo externo; entretanto, apesar de o eu ser a instância à qual a consciência se acha ligada, abrange também o pré-consciente, que é adjacente aos resíduos mnêmicos e inclui, em parte, também, o inconsciente.

Freud (1923) ressalta que o próprio corpo desempenha um papel fundamental para a formação do eu e sua diferenciação a partir do id. Como já mencionado, o sistema Pcpt-Cs, que faz parte do eu, é constituído pelos estímulos que atingem o corpo; além disso, outro fator determinante é a bipolaridade tátil que o corpo, em especial a sua superfície, a pele, produz. Isto é, as sensações táteis se diferenciam dos demais registros sensoriais, na medida em que o corpo, ao ser tocado, origina duas espécies de sensações, tanto internas quanto externas. Assim, Fernandes (2003) enfatiza que o próprio corpo, portanto, será a fonte de todas as percepções, tanto internas quanto externas, o que também possibilita a distinção entre dentro e fora. Desse modo, é possível presumir que essa bipolaridade tátil prepara o desdobramento reflexivo do eu e torna a experiência tátil determinante para a constituição do psiquismo e da subjetividade. Segundo as palavras de Freud (1923), “o eu é, primeiro e acima de tudo, um eu corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é ele próprio, a projeção de uma superfície” (p.39). Freud acrescenta a essa frase uma nota de rodapé, em 1927, na qual ressalta que o eu origina-se a partir das sensações corporais,

³ Segundo o editor inglês das obras de Freud (1923) o termo “eu” foi utilizado pelo autor denotando dois sentidos diferentes. No primeiro sentido, o eu distingue o eu de uma pessoa como um todo, das outras pessoas; e o outro sentido empregado denota uma parte específica da mente, caracterizada por atributos e funções particulares. É de acordo com este segundo sentido que Freud emprega o termo “eu” no Projeto e em o Eu e o Id.

principalmente das oriundas da superfície do corpo, podendo ser assim considerado uma projeção mental da superfície do corpo, além de, como já foi visto, representar a superfície do aparelho mental. Segundo Fernandes (2003), o eu encarregado da relação entre a percepção e a realidade, surge como uma possibilidade de projeção da superfície do corpo que “aponta para a distância entre o corpo biológico e o corpo psicanalítico, habitado pela pulsão e pela linguagem” (p.85). Segundo a autora, essa distância faz com que o corpo psicanalítico encontre lugar não só na anatomia e na fisiologia objetivas, mas também em uma anatomia singular, construída a partir das fantasias de cada um.

“Está claro que encontramos nas manifestações objetivas do corpo biológico as ressonâncias desse outro corpo, portador de múltiplos sentidos e significações em função desse cenário fantasmático. E é isso que faz do corpo biológico um corpo-linguagem, aberto à abordagem psicanalítica” (Fernandes, 2003, p.85).

Freud (1923), no entanto, considera que o eu comporta-se de modo passivo e que o ser humano é regido por forças desconhecidas e incontroláveis, a que ele dá o nome de id. Até então, desde seu artigo sobre o narcisismo, Freud (1914) atribuía ao eu o lugar de reservatório original da libido, sendo a partir desse reservatório que ela posteriormente se estenderia para os objetos. No entanto, em 1923, após fazer essa distinção entre o eu e o id, corrigiu essa afirmação, descrevendo o id como o grande reservatório da libido. Assim, Freud (1923) passa a examinar o indivíduo como um id psíquico, sobre cuja superfície encontra-se o eu, desenvolvido a partir do sistema perceptivo. Porém, Freud (1923) ressalta que o eu não envolve completamente o id e também não se encontra nitidamente separado dele, ou seja, o evolve até o ponto em que o sistema perceptivo forma sua superfície e sua parte inferior funde-se com o id. O conteúdo recalcado só se destaca nitidamente do eu devido à resistência imposta, porém comunica-se com o eu através do id. De acordo com tais constatações, Freud (1923) afirma que “o eu é aquela parte do id que foi modificada pela influência direta do mundo externo por intermédio do Pcpt.-Cs.; em certo sentido, é uma extensão de diferenciação de superfície” (p.38).

Segundo as palavras de Roudinesco (1997):

“O eu torna-se uma instância intermediária, por um lado ligada ao mundo externo, através do sistema percepção-consciência e, por outro, ao id, com o qual ele se funde, mas sobre o qual se empenha em exercer uma função pacificadora” (p.214).

Freud (1923) também observa que o eu busca transmitir a influência do mundo externo ao id e substituir o princípio do prazer vigente no id, pelo princípio de realidade. A percepção desempenha para o eu o papel que a pulsão desempenha para o id. Fernandes (2003) aponta que se poderia supor que fosse ao id, o polo pulsional do aparelho psíquico, que o corpo pudesse ser associado, já que o corpo também desempenha um papel importante no que se refere à pulsão; mas é ao eu, o polo do aparelho psíquico voltado para a percepção e para a realidade, com que Freud o identifica. A autora afirma: “o corpo aparece assim habitado pelas pulsões. Então, o corpo seria, desse ponto de vista, antes de tudo, pulsional” (Fernandes, 2003, p.80). Ou seja, pode-se considerar que o corpo é, desde o nascimento, mesmo antes da formação do eu, habitado por pulsões, o que o torna um corpo pulsional; e o eu é constituído a partir dessas experiências do corpo pulsional e da série prazer-desprazer, sendo, antes de tudo, um eu corporal.

Além dessa parte do eu consciente voltado para percepção, Freud (1923) também fala da influência dos investimentos objetais abandonados e das histórias dessas escolhas de objeto, na forma tomada pelo eu. Ele parte do pressuposto de que uma pessoa, ao abandonar um objeto sexual, muito amiúde sofre uma alteração do eu. Essa transformação constitui também uma maneira de o eu obter controle sobre o id, porém sujeitando-se em grande parte às exigências do id. Dessa forma, o eu assume as características do objeto, se oferecendo ao id como objeto de amor, como uma tentativa de compensar sua perda.

Freud (1923) explica que, logo no início do desenvolvimento, na fase oral, a catexia do objeto e a identificação coincidem; posteriormente, as catexias de objeto derivadas do id são sentidas como necessidades, e o eu, que inicialmente ainda é fraco, se sujeita às catexias do objeto ou tenta desviá-las através do recalque. Contudo, o autor ressalta que é muito frequente uma pessoa, ao abandonar um objeto sexual, sofrer uma alteração do eu, se identificando ou introjetando o objeto perdido, de maneira que torne mais fácil ou possível esse

processo. Esta identificação muito frequente nas fases primitivas do desenvolvimento pode ser a única condição que possibilita ao id abandonar seus objetos. É claro que existem graus de resistências diferentes, que determinam até que ponto o caráter de uma pessoa será modificado pelas influências da história de suas escolhas objetais.

Conforme Freud (1923) já havia apontado, o eu não está vinculado apenas à consciência e, por isso, não corresponde apenas à parte do id modificada pelo sistema perceptivo, ou seja, não é simplesmente o representante na mente do mundo externo real. O autor supôs, portanto, a existência de uma gradação no eu, uma diferenciação dentro dele, chamada de ideal do eu ou supereu, que está menos vinculada à consciência e está ligada a essa identificação de catexias objetais abandonadas.

A origem do ideal do eu aponta para as primeiras identificações efetuadas na primeira infância, cujos efeitos são universais e determinantes para a personalidade do indivíduo. Desse modo, o surgimento do ideal do eu conduz às primeiras identificações do indivíduo com os pais, em sua própria pré-história pessoal, e consiste em uma das funções da terceira instância psíquica formulada pelo autor na segunda tópica, como supereu. O surgimento do supereu se deve ao desamparo infantil que acarreta uma prolongada dependência da criança dos cuidados externos, e ao declínio do complexo de Édipo que deixa como marca a interiorização das exigências e interdições parentais. Segundo Laplanche & Pontalis (1970), as funções do supereu são a consciência moral, a auto-observação e a formação de ideais.

A fase sexual dominada pelo complexo de Édipo, envolvendo escolha de objeto, renúncia e identificações, resulta na formação deste precipitado no eu consistente da união da identificação com o pai e com a mãe. Segundo Freud (1923), essa modificação do eu irá se confrontar com os outros conteúdos do eu, como um ideal. No entanto, o supereu não é apenas um resíduo das primeiras escolhas objetais do id, ele também opera como uma formação reativa contra essas escolhas. Ou seja, a relação do supereu com o eu é de identificação com certos aspectos do objeto sexual abandonado, mas compreende também a proibição de certos outros. Isso porque o ideal do eu tem a função de recalcar o complexo de Édipo.

A diferenciação do supereu a partir do eu representa as características mais importantes do desenvolvimento do indivíduo e da natureza humana, manifestando de forma permanente a existência dos fatores a que deve sua origem. O que a biologia e as vicissitudes da espécie humana criaram no id é assumido pelo eu, através da formação do ideal, e vivenciado em relação a si próprio como indivíduo. O ideal do eu representa tudo o que é esperado da mais alta natureza humana.

“e aqui temos essa natureza mais alta, neste ideal do eu ou supereu, o representante de nossas relações com nossos pais. Quando éramos criancinhas, conhecemos essas naturezas mais elevadas, admiramo-las e tememo-las, e, posteriormente, colocamo-las em nós mesmos” (Freud, 1923, p.48)

O ideal do eu ou supereu é, portanto, o herdeiro do complexo de Édipo, e compõe a expressão dos impulsos mais poderosos e dos mais importantes destinos libidinais do id. O eu é capaz de dominar o complexo de Édipo erguendo o ideal do eu e, ao mesmo tempo, submetendo-se ao id. Estas são as palavras de Freud (1923) sobre a estreita relação entre o eu e o superego:

“Enquanto que o eu é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o supereu coloca-se em contraste com ele, como representante do mundo interno, do id. Os conflitos entre o eu e o ideal, como agora estamos preparados para descobrir, em última análise refletirão o contraste entre o que é real e o que é psíquico, entre o mundo externo e o mundo interno” (p.49).

4.2.

Os princípios que regem o funcionamento psíquico

Freud (1920) supôs que a vida psíquica fosse regulada pelo princípio de prazer, baseado na hipótese de que existiria no aparelho psíquico uma tendência a manter a quantidade de excitação tão baixa quanto possível, ou pelo menos constante. Segundo o autor (1911), o bebê, após o nascimento, tem seu estado de repouso psíquico originalmente interrompido pelas exigências das necessidades internas, ou seja, da pulsão. Quando isso acontece, aquilo de que o bebê necessita lhe é apresentado de maneira alucinatória, ou seja, ele imagina o objeto, que logo em seguida lhe é apresentado. É apenas a frustração dessa satisfação esperada que

o leva ao abandono dessa forma de satisfação por meio da alucinação, e o indivíduo passa a aceitar as circunstâncias reais do mundo externo e empenha-se para efetuar uma modificação real que lhe proporcione satisfação. Assim, o princípio de realidade é introduzido no funcionamento mental, priorizando não só o prazer, mas a realidade, mesmo que esta seja desagradável. Freud (1911), no entanto, acrescenta uma nota de rodapé em 1915, na qual ressalta que uma organização que funcione sob o domínio do princípio de prazer, negligenciando a realidade externa, assim como ele concebeu no processo psíquico primário, seria uma ficção, na medida em que o bebê, no caso, não se manteria vivo. Essa afirmação leva a se pensar no desamparo original e no papel fundamental desempenhado pelo outro, seja ele a mãe ou quem quer que desempenhe a função de prover as necessidades básicas do bebê. Desse modo, Freud (1911) justifica que a suposição do domínio inicial do princípio de prazer só é possível, se forem considerados já incluídos os cuidados provenientes do outro, propiciando que o sistema psíquico do bebê seja regido praticamente dessa forma.

Outro autor que convidamos a dialogar com Freud, nesse ponto, é Ferenczi (1913), que afirma que existe um estado do desenvolvimento humano no qual o aparelho psíquico é submetido unicamente ao prazer e de maneira real e efetiva. Este é o “período da vida passado no corpo da mãe” (p.42). Eis o comentário do autor acerca desse período:

“Nesse estágio, o ser humano vive como parasita do corpo materno. Para o ser nascente mal existe um mundo externo; todos os seus desejos de proteção, de calor e de alimento estão assegurados pela mãe. (...) A sobrevivência do feto, pelo contrário, incumbe inteiramente à mãe. Portanto, se o ser humano tem uma vida psíquica, mesmo inconsciente, no corpo materno – e seria absurdo acreditar que o psiquismo só começa a funcionar no momento do nascimento – ele deve ter, pela própria circunstância de existir, a impressão de que é realmente onipotente. Pois o que é onipotência? É a impressão de ter tudo o que se quer e de não ter mais nada a desejar. É o que o feto poderia pretender no que lhe diz respeito, já que possui constantemente tudo o que lhe é necessário à satisfação de suas pulsões, portanto nada tem a desejar, é desprovido de necessidades” (Ferenczi, 1913, p.42).

Assim, a megalomania da criança e do obsessivo nada mais é do que a exigência à volta de um período no qual a sua própria onipotência era real e todos os seus desejos se cumpriam. Ferenczi (1913) também ressalta, em uma nota de rodapé, que uma doença da mãe ou do cordão umbilical pode fazer com que a

necessidade assale o indivíduo desde a vida intrauterina, privando-o da onipotência necessária, o que o levará a tentar modificar o mundo externo, ou seja, efetuar um trabalho na tentativa de atender suas necessidades.

Ferenczi (1913) considera que há uma continuidade dos traços dos processos psíquicos intrauterinos, que continuam a exercer influências sobre o material psíquico que se manifesta após o nascimento. As perturbações que se configuram após o nascimento e tiram o bebê da posição isenta de desejos são sentidas como desprazer, e o bebê busca retornar àquela posição. Segundo Ferenczi (1913), as pessoas que cuidam do bebê percebem instintivamente esse desejo e, frente a uma manifestação de insatisfação, buscam proporcionar um ambiente o mais próximo possível da situação intrauterina. Ou seja, o contato corporal entre o bebê e alguém que o acolha é fundamental para manter uma continuidade da onipotência, necessária ao desenvolvimento do bebê.

“Põem-na fundo do corpo tépido da mãe ou envolvem-na em cobertores e edredons quentes e macios, com o objetivo manifesto de lhe dar a ilusão da cálida proteção materna. Protegem seus olhos dos estímulos luminosos, os ouvidos dos ruídos, a fim de permitir-lhe continuar desfrutando da ausência de excitações próprias do estado fetal, ou então reproduzem as estimulações suaves e monótonas de que a criança não está isenta nem mesmo no útero (balanço quando a mãe desloca, sons cardíacos maternos, ruídos abafados filtrando-se do exterior até ao interior do corpo), embalam-na e cantam-lhe cantigas de ninar, de ritmo monótono” (Ferenczi, 1913, p.43).

Ferenczi (1913) aponta como primeiro desejo do bebê o de se reencontrar na situação intrauterina, não por ser um momento no qual o corpo não é estimulado, como na pulsão de morte que visa um estado inorgânico, mas por ser um momento no qual todos os seus desejos são realizados, e a consequência da perturbação da satisfação vivida no corpo materno é o reinvestimento alucinatório do estado de satisfação perdido. Portanto, a onipotência incondicional do bebê continua existindo, sendo necessário, porém, um investimento alucinatório daquilo que se deseja, sem precisar ainda modificar nada no mundo externo para obter efetivamente a realização. O bebê não tem noção do mundo externo, da relação causa e efeito ou das pessoas que cuidam dele; ele experimenta apenas uma espécie de força mágica capaz de concretizar todos os seus desejos, através

da representação da sua satisfação e da capacidade das pessoas que cuidam dele de perceber o que ele necessita ou alucina.

Aos poucos, a satisfação pulsional por meio da alucinação passa a não mais acarretar efetivamente a realização do desejo. Isso porque, no estágio alucinatório, o aumento de tensão sentido como desprazer provoca uma descarga motora (gritos, choro) que transmite sinais àqueles que cuidam do bebê, de que ele precisa de algo. Porém, eventualmente, esse processo pode surgir num momento em que a pessoa responsável não esteja disponível e assim não vir acompanhado de uma percepção real da satisfação. O bebê não se dá conta dessa ajuda externa, até porque ainda não tem noção de dentro e fora, apenas sente que, com um simples gesto, é capaz de realizar seus desejos. Aos poucos, as crianças aprendem que as manifestações corporais dessa descarga motora são um meio de comunicação, uma forma de expressão de suas emoções e passam a empregá-las intencionalmente.

Ferenczi (1913) enfatiza que, aos poucos, a onipotência do ser humano passa a depender de condições cada vez maiores, à medida que a complexidade dos desejos também aumenta. A elaboração das necessidades do bebê em relação à quantidade e a complexidade aumentam não só as condições para satisfazê-las, mas também os casos em que os desejos não serão realizados. Segundo Freud (1911), o predomínio do princípio de prazer só termina quando a criança se desliga psiquicamente dos pais, ou seja, quando se tornar capaz de satisfazer sozinha suas exigências internas; entretanto, nesse momento, os limites da realidade também lhe serão impostos.

Desse modo, segundo Freud (1911) a introdução do princípio de realidade exigirá algumas adaptações ao aparelho psíquico. Os órgãos sensoriais, dirigidos para o mundo externo, e a consciência a eles ligada passam a exercer um papel fundamental. A consciência passa a considerar também as qualidades sensórias do mundo externo, além das qualidades de prazer e desprazer que já eram de seu interesse. De acordo com Freud (1911), outra função que se institui à consciência é a de pesquisar e obter conhecimento do mundo externo para servir de auxílio, caso surja uma necessidade interna urgente. Essa função foi descrita desde o *Projeto* (1895a) como atenção, e seus resultados constituem uma parte da memória. Sob o domínio do princípio de realidade, a descarga motora que tinha,

sob o domínio de prazer, a função de aliviar o aparelho psíquico de acréscimos de estímulos, realizando movimentos que estabeleciam uma comunicação com o outro, passa a ser empregada na alteração da realidade, ou seja, passa a ser uma ação no mundo externo.

Contudo, o recalque passa a ser necessário, pois, frente às exigências da realidade, não é possível satisfazer todas as pulsões, resultando na descarga motora. Esse mecanismo é proporcionado pelo processo de pensar, que torna possível tolerar um aumento de tensão, enquanto o processo de descarga é adiado. Assim como foi descrito no *Projeto* como função exercida pelo eu, as catexias livres que tenderiam à descarga direta são transformadas, por deslocamento, em catexias vinculadas, o que torna suas descargas menores. Freud (1911) supôs que o processo de pensar se desenvolve, de modo geral, a partir das apresentações de ideias, porém num momento anterior, pré-simbólico, era originalmente inconsciente; ou seja, não estaria relacionado com as apresentações ideativas, mas sim orientado pelas relações entre as impressões de objetos, isto é, pelas impressões sensoriais. Desse modo, assim como já havia sido de alguma forma precedido na carta 52, em 1896, o pensar se dava originalmente através do corpo e só se torna perceptível à consciência após se ligar a resíduos verbais.

No entanto, Freud (1920) observou que, mesmo com o recalque, com a capacidade de tolerar o desprazer com o auxílio do pensamento, e apesar do princípio de prazer, existia uma força que impelia o sujeito a repetir algumas situações, mesmo que fossem desprazerosas. Desse modo, Freud (1920) nos diz:

“somos obrigados a admitir que existe na psique uma forte tendência ao princípio de prazer, mas que certas outras forças ou circunstâncias se opõem a essa tendência, de modo que o resultado final nem sempre poderá corresponder à tendência ao prazer” (p.137).

Apesar do desprazer, o paciente quase sempre repete aquilo que foi recalcado, como se fosse uma vivência do presente, no campo transferencial, e seu conteúdo tem sempre um fragmento da vida sexual infantil. A compulsão à repetição foi, portanto, atribuída por Freud (1920) à força do recalcado inconsciente que insiste em retornar. Nesse sentido, a compulsão à repetição não contradiz o princípio de prazer, na medida em que proporciona de certa forma

prazer para o id, mas provoca também desprazer ao eu, pois expõe as atividades pulsionais recalçadas.

O fato novo que Freud (1920) constatou é que a compulsão à repetição também traz de volta certas experiências do passado que não têm nenhuma possibilidade de prazer. Ou seja, o psíquico busca de alguma forma retornar a experiências traumáticas, na compulsão à repetição. Como exemplo dessas situações, Freud (1920) se remete ao desabrochar da vida sexual infantil, marcado por desejos intoleráveis e inconciliáveis com a realidade, além das insuficiências presentes nessa etapa do desenvolvimento. Logo esse desabrochar aos poucos sucumbe, provocando sensações profundamente dolorosas. É natural que o sentimento que ligava a criança aos progenitores sofra uma frustração por uma espera de gratificação que não chegou. As exigências da educação também reduzem a quantidade de ternura que a criança recebia, dando lugar a palavras severas e eventuais castigos. Esses são alguns exemplos cotidianos que Freud (1920) cita para ilustrar como o amor desse período infantil termina. Essas situações dolorosas, que, mesmo no passado são incapazes de proporcionar qualquer tipo de prazer, são revividas na transferência. Ou seja, a ação dessas pulsões é repetida, mesmo sem conduzir a uma vivência de satisfação. Do mesmo modo, uma pessoa que não teve um contato corpo a corpo capaz de suprir suas necessidades na infância, buscará reviver de alguma forma essas experiências na transferência com o analista, ou passará a vida repetindo situações nas quais se sente perseguida por um destino maligno, enquanto, na verdade, esses destinos são provocados por ela mesma e determinados por influências infantis precoces.

Baseado nessas observações, Freud (1920) supõe que existe na vida psíquica uma compulsão à repetição que ultrapassa o princípio de prazer, embora normalmente envolva também a participação de outros motivos, como, por exemplo, uma satisfação pulsional prazerosa, ou resistências que visam manter o recalque. Freud (1920) afirma que a compulsão à repetição “parece ser mais arcaica, mais elementar e mais pulsional do que o princípio de prazer, o qual ela suplanta” (p.148).

Dessa forma, Freud (1920) aponta que as manifestações da compulsão à repetição apresentam um caráter altamente pulsional, que, quando atuam em oposição ao princípio de prazer, produzem um aspecto de algum tipo de força

demoníaca em ação. A compulsão à repetição, no sentido de reexperimentar algo idêntico, pode ser uma fonte de prazer, mesmo quando envolve dor ou desprazer. É nesse sentido que, no tratamento psicanalítico, a compulsão à repetição dos acontecimentos da infância revividos na transferência despreza o princípio de prazer, ou seja, revela que os conteúdos recalçados das experiências infantis estão buscando escoamento livremente, estão incapacitados de operar segundo o processo secundário, ou com o auxílio do pensamento e da representação.

Freud (1920) conclui, então, a partir da relação entre a compulsão à repetição e a pulsão, o que seria o caráter universal da pulsão: “uma pulsão seria, portanto, uma força impelente interna ao organismo vivo que visa restabelecer um estado anterior que o ser vivo precisou abandonar devido à influência de forças perturbadoras externas” (p.160). Diferente da maneira como até esse momento a pulsão tinha sido considerada, como algo que impele à mudança e ao desenvolvimento, ela passa a ser reconhecida justamente pelo oposto, ou seja, pelo aspecto da natureza conservadora do ser vivo. A partir deste pressuposto de que a pulsão tem caráter conservador e visa o restabelecimento de um estado anterior, o desenvolvimento do ser humano seria garantido, segundo Freud (1920), por perturbações externas, ou seja, pelo meio ambiente que oferece o cuidado necessário à sobrevivência do ser humano. Segundo as palavras de Freud (1920), o objetivo da pulsão é:

“alcançar um estado antigo, um estado inicial, o qual algum dia o ser vivo deixou para trás e ao qual deseja retornar mesmo tendo de passar por todos os desvios tortuosos do desenvolvimento. Se pudermos admitir como um fato sem exceção que todo ser vivo morre, ou seja, retorna ao estado inorgânico devido a razões internas, então podemos dizer que: o objetivo de toda vida é a morte, e retornando ao passado: o inanimado já existia antes do vivo” (Freud, 1920, p.161).

É seguindo esse raciocínio que Freud (1920) chega ao conceito de pulsão de morte e formula sua segunda teoria pulsional, na qual a oposição não é mais

entre a pulsão sexual e a pulsão de autoconservação, mas entre a pulsão de vida e pulsão de morte. “São elas as verdadeiras pulsões de vida, elas trabalham contra as outras pulsões que têm por função conduzir à morte, o que mostra que entre esses dois grupos há uma oposição que, aliás, a teoria das neuroses já há muito tempo reconheceu como sendo muito significativa. É como se houvesse um ritmo alternante na vida dos organismos: um grupo de pulsões precipita-se à frente, a

fim de alcançar o mais breve possível o objetivo final da vida; o outro grupo, após chegar a um determinado trecho desse caminho, apressa-se a voltar para trás, a fim de retomar esse mesmo percurso a partir de um certo ponto e assim prolongar a duração do trajeto. Então, ainda que no início da vida não tenha existido uma sexualidade e tampouco a diferença entre os sexos, é possível pensarmos que essas pulsões que posteriormente podemos designar como sexuais tenham entrado em ação desde o início, em vez de só terem começado seu trabalho contra as pulsões do eu em um momento mais tardio” (Freud, 1920, p.163).

A distinção entre pulsão sexual e pulsão do eu ou de autoconservação passou a ser insatisfatória, depois que Freud (1914) observou, a partir de seu conceito de narcisismo, que, tal como o objeto externo, o próprio corpo também era objeto da pulsão sexual. Assim, a dualidade da teoria pulsional, a partir de 1920 deixa de ser entre a pulsão sexual e a pulsão de autoconservação, e passa a recair sob outro aspecto: a pulsão de morte e a pulsão de vida. A primeira visa conduzir a vida à morte, reduzindo completamente as tensões, e aparece inicialmente voltada para o interior, como autodestruição, e num segundo momento dirigida para o exterior, sob a forma de pulsão de destruição. E a pulsão de vida, que inclui tanto a pulsão sexual quanto a pulsão de autoconservação, visa constituir unidades cada vez maiores e conservá-las. Segundo Freud (1920), a pulsão sexual possui um efeito fortalecedor e rejuvenescedor no indivíduo, além da função de conservação da espécie e da reprodução, enquanto que a pulsão de autoconservação garante a preservação da vida.

Inicialmente, o princípio de prazer pareceu estar a serviço da pulsão de morte, na medida em que, grosso modo, o desprazer coincide com o aumento de tensão e o prazer com a redução de tensão. Nesse sentido, Freud (1920) inicialmente também identificou o princípio de prazer com o princípio de nirvana⁴, cuja tendência “é o esforço para reduzir, para manter constante ou para remover a tensão interna devida aos estímulos” (Freud, 1920, p.66). Entretanto, o próprio autor (1920) problematizou essa identificação entre os dois princípios, visto que nem toda ausência de tensão é prazerosa e existem estados crescentes de tensão que são agradáveis, como, por exemplo, a excitação sexual. Freud (1920), portanto, ressalta que as sensações de prazer e desprazer não correspondem a uma

⁴ Freud parece ter considerado equivalente o princípio de nirvana e o princípio de constância, porém, principalmente em 1924, quando faz uma correspondência entre a pulsão de morte e o princípio de nirvana, designa não uma lei de constância, mas uma tendência radical em levar a excitação a zero, assim como tinha descrito no *Projeto*, sob o nome de princípio de inércia.

relação simples entre a intensidade das sensações e as modificações de tensões, como, tampouco, a uma relação diretamente proporcional. Para Freud (1915a), o que deveria conferir a qualidade agradável ou desagradável de um estado é a característica temporal das modificações na quantidade de excitação presente, ou seja, a redução ou aumento da excitação durante certo espaço de tempo, o que já havia sido sugerido no *Projeto* (1895a). Desse modo, em 1924, Freud estabelece a diferença clara entre os dois princípios e afirma que o princípio de nirvana estaria a serviço da pulsão de morte, na medida em que seu objetivo é reduzir as excitações à zero ou mantê-las o mais baixo possível, o que remete ao estado inorgânico.

“Seja como for, temos de perceber que o princípio de Nirvana, pertencendo, como pertence, à pulsão de morte, experimentou nos organismos vivos uma modificação através da qual se tornou o princípio de prazer, e doravante evitaremos encarar os dois princípios como um só” (Freud, 1924, p.178)

Freud (1924) atribui à libido a força capaz de interpor a lei do funcionamento da pulsão de morte e transformar o princípio de nirvana em princípio de prazer. Isto é o que Freud (1924) designa de fusão pulsional, ou seja, a ligação da pulsão de morte pela libido. Assim, segundo as palavras do autor: “O princípio de nirvana expressa a tendência da pulsão de morte; o princípio de prazer representa as exigências da libido, e a modificação do último princípio, o princípio de realidade, representa a influência do mundo externo” (Freud, 1924, p.178). Freud (1924) ainda ressalta que nenhum dos três princípios é colocado fora de ação por outro, ou seja, embora conflitos existam devido a diferentes objetivos estabelecidos para cada um, os três regulam o funcionamento psíquico. O princípio de nirvana tem a função de reduzir o máximo possível a quantidade de excitação; o princípio de prazer visa uma característica qualitativa do estímulo; e o princípio de realidade adia a descarga do estímulo e tolera temporariamente o desprazer, em função da realidade.

Para concluir, é possível constatar que, do mesmo modo que as experiências corporais da primeira infância possibilitam o pensar e o desenvolvimento do simbólico, uma situação traumática caracterizada pelo desamparo, vivido também na relação da pele e do contato corporal, pode provocar a disjunção pulsional e a cisão entre pulsão de vida e pulsão de morte.

Dessa forma, o sujeito fica à mercê da pulsão de morte caracterizada, segundo Fernandes (2003), pela falta de representação e de sentido.

Fernandes (2003) afirma que o corpo biológico funciona segundo as leis anatômicas dos órgãos e dos sistemas, constituindo um organismo; enquanto que o corpo psicanalítico obedece às leis do desejo inconsciente, funcionando de acordo com a história do sujeito. Portanto, a autora (2003) ressalta que existem dois caminhos possíveis dentro do pensamento freudiano: o da representação e o do transbordamento. Como o corpo biológico não está necessariamente ligado a um sistema significativo, existe a possibilidade de o sintoma corporal aparecer como uma descarga, um excesso, que, apesar de atravessar o aparelho psíquico, não consegue se organizar a partir do processo secundário e da lógica da representação. Fernandes (2003) sublinha que “o corpo em Freud não se rege segundo uma racionalidade única e determinada, a racionalidade somática. Ele se rege segundo uma dupla racionalidade, a do somático e a do psíquico.” (p.112).

A autora (2003) aponta que, na segunda teoria pulsional, o corpo aparece como lugar de encontro de eros e tânatos, ou seja, da pulsão de vida e da pulsão de morte. Assim como visto anteriormente, Freud (1915a) distingue dois representantes independentes da pulsão, o afeto e a representação; o primeiro ligado a uma sensação corpórea e o segundo ao psíquico. A pulsão de morte é caracterizada por uma pulsão sem representação, é silenciosa e provoca a des fusão pulsional. Freud (1920) define o trauma como uma incapacidade do aparelho psíquico de elaborar certa intensidade pulsional e em “Inibições Sintomas e Angústia” aponta como um exemplo de situação traumática o desamparo infantil e a ausência da mãe, na medida em que os cuidados maternos têm a função de paraexcitação e sua ausência implica em uma des fusão pulsional. Assim, a ausência da mãe implica na ausência desse escudo protetor de paraexcitação que protege o bebê das sensações desprazerosas que lhe vêm tanto do exterior quanto do interior do seu próprio corpo. Fernandes (2003) ressalta que “esse desligamento da pulsão de vida e de morte abre as condições de possibilidade para o surgimento, entre outros fenômenos, da doença orgânica, dos efeitos da ação do masoquismo em suas diversas dimensões e das mais variadas formas de violência” (p.114). É dessa maneira que chama atenção para, além do corpo da representação, o corpo do transbordamento, que, aquém da simbolização,

evidencia o excesso impossível de ser representado. A autora (2003) define o corpo, no centro da teoria freudiana, como:

“o palco onde se desenrola a complexa trama das relações entre o psíquico e o somático, ou, dito de outro modo, o conjunto das funções orgânicas em movimento habita um corpo que, atravessado pela pulsão e pela linguagem constituída pela alteridade, é também o lugar da realização de um desejo inconsciente” (p.116).